



Ofício nº 187/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 30 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador do Distrito Federal  
Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar, Sala 604  
70075-900 - Brasília - DF

INDCAF/STN	
Em: 08/07/16 10:59	
Helenice de Souza Carvalho	
Assinatura	Assessor
Mat: 1.656.926 - 1	

**Assunto: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados – Resultado da avaliação do Programa referente ao exercício de 2015.**

Senhor Governador,

Chefe de Gabinete da Governadoria - GDF	
Registro:	2138 / 2016
Recebido em:	08 / 07 / 2016
Horário	11 : 49 h
Por	André Mat. nº 16718089

1. Nos termos do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 003/99 STN/COAFI, de 29 de julho de 1999 e em atendimento à seção 4 do Programa do Distrito Federal (DF), assinado em 10 de dezembro de 2014, foi realizada a avaliação do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos para o exercício de 2015.
2. Conforme o §5º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, “a Secretaria do Tesouro Nacional avaliará preliminarmente, até 30 de junho do exercício subsequente ao exercício avaliado, se estão sendo cumpridas as metas ou compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal”.
3. Segundo o Termo de Entendimento Técnico, “a partir de 30 de junho de cada ano, com base nas informações extraídas do Balanço e demais documentos que subsidiam o processo de avaliação preliminar, havendo indicações decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas de que houve o descumprimento das metas 1 ou 2 o Distrito Federal não terá a sua adimplência em relação às metas ou compromissos atestados pela Secretaria do Tesouro Nacional, enquanto persistirem os efeitos dessa avaliação”.
4. Considerando ainda o disposto no § 8º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, “decorridos 120 (cento e vinte) dias da comunicação ao Estado acerca do resultado desta avaliação e desde que não haja fatos supervenientes contrários àqueles aqui considerados, esta avaliação será considerada definitiva”.
5. Nos termos do § 7º do art. 16 do referido Decreto, “a avaliação preliminar que conclua pelo descumprimento das metas e compromissos, nos termos do § 6º, poderá ser revista pelo Ministro de Estado da Fazenda, para todos os efeitos, após apresentação de justificativa fundamentada pelo Estado ou Distrito Federal interessado”.
6. A seguir relacionamos os resultados alcançados:
  - i) Meta n.º 1: limitar a relação dívida financeira / receita líquida real a 1,00. O Distrito Federal cumpriu a meta ao apresentar a relação 0,26.

*U Buck D h*

- ii) Meta n.º 2: não ultrapassar o resultado primário deficitário de R\$ 1.173 milhões. O Distrito Federal cumpriu a meta, ainda que o resultado primário estabelecido não tenha sido alcançado (déficit de R\$ 1.472 milhões), pois não gerou atrasos / deficiências.
- iii) Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida. O Distrito Federal não cumpriu a meta ao apresentar relação equivalente a 64,19%.
- iv) Meta n.º 4: alcançar receitas de arrecadação própria no valor de R\$ 13.256 milhões. O Distrito Federal não cumpriu a meta ao realizar as referidas receitas no montante de R\$ 12.167 milhões.
- v) Meta n.º 5: alcançar os seguintes compromissos:
  - (a) manter no âmbito do Poder Executivo Distrital, estrutura técnico-institucional na Secretaria de Estado de Fazenda, para observância das normas referentes ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP
  - (b) aprimorar o sistema de custos que:
    - I. permita avaliar e evidenciar os resultados da gestão;
    - II. permita mensurar os custos dos programas e das unidades da administração pública distrital; e
    - III. forneça informação comparável com outras unidades da federação.
  - (c) limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 43,51% em 2015;
  - (d) manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
  - (e) manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria da Fazenda, conforme Decreto nº 33.370/2011 (define a nova estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda);
  - (f) manter atualizados o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, e o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), na Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com os normativos vigentes;
  - (g) encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas; e
  - (h) divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O compromisso (b) não foi avaliado em 2015, uma vez que o DF poderá executá-lo até o fim da vigência do Programa

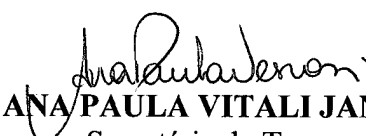
O Distrito Federal alcançou todos os compromissos, sendo a meta considerada cumprida.

- vi) Meta nº 6: limitar as despesas com investimentos e inversões a 17,96% da receita líquida real anual. O Distrito Federal cumpriu a meta ao apresentar relação equivalente a 4,08% da receita líquida real.



7. Considerando o disposto no art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e na cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 003/99, firmado entre a União e o Distrito Federal ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, o cumprimento das metas 1 e 2, a despeito do descumprimento das metas 3 e 4, é condição suficiente para a não aplicação de penalidades e para que o Distrito Federal seja considerado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2015.

Respeitosamente,

  
**ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI**  
Secretária do Tesouro Nacional

11 A  
2